

CPST

Coordenação de Políticas
de Saúde do Trabalhador



I SIPAT

Semana Interna de Prevenção de Acidentes do
Trabalho da Prefeitura Universitária

APOIO:





A Importância da Responsabilidade Socioambiental na Atual Conjuntura

Palestrante: Janete Moreno

Doutoranda em Ciências da Educação
Diretora de Gestão Ambiental PU/UFRJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
janetemorenomartins@gmail.com



1- DO QUE ESTAMOS FALANDO, AFINAL?

Ao produzir o material para esta palestra decidi, inicialmente, procurar uma definição ampla e aceita para a expressão “Responsabilidade Socioambiental”, afinal, todos precisamos saber se estamos falando da mesma coisa.

As dificuldades apareceram logo no início da tarefa, afinal, se estamos falando de “responsabilidade”, precisamos saber “qual é e de quem” ela é.

A resposta mais rápida e frequente que encontrei foi: “a Responsabilidade Socioambiental é atribuição de todos”.

Essa resposta é muito geral. Serve bem para discursos, palestras e propaganda mas muito pouco prática, quando se pensa em, efetivamente, trabalhar nisso: “colocar a mão na massa”.



1- DO QUE ESTAMOS FALANDO, AFINAL?

Encontrei e li na, internet, cerca uma centena de definições e significados para Responsabilidade Social. Destas, pelo menos 90% se referiam diretamente a Responsabilidade Social das empresas (RSE), como se delas - as empresas – dependesse sua aplicação.

É certo que o objeto é tão amplo e diversificado que há, efetivamente, dificuldades em se estabelecer um conceito único. Há, sem dúvida, farto material produzido em encontros mundiais sobre a temática que fornecem subsídios para apoiar definições.

É certo, também, que sob a expressão “Responsabilidade Socioambiental” abrigam-se vários interesses e intenções que se beneficiam desta situação, confundindo ainda mais as coisas.

De qualquer forma, separei a definição que – na minha opinião – mais se ajusta aos propósitos mais amplos da expressão:

Responsabilidade Social é o reconhecimento presente nos cidadãos, individualmente e em conjunto, dos seus deveres para com a comunidade em que vivem e a sociedade em geral. Este conceito se fundamenta no princípio de que, em maior ou menor grau, as ações individuais sempre têm algum impacto (positivo ou negativo) na vida de outros cidadãos e da coletividade. Assim, a Responsabilidade Social concretiza-se por meio da tomada de atitudes, comportamentos e práticas positivas e construtivas, que contribuem para preservar e melhorar o bem-comum e elevar a qualidade de vida de todos.



1- DO QUE ESTAMOS FALANDO, AFINAL?

Não é novidade que existem diversos trabalhos, teses, princípios e teorias sociais, econômicas, étnicas, religiosas, sexuais, etc. que despersonalizam o cidadão individual e estabelecem grupos selecionados segundo seus próprios focos de interesse.

Assim, aparecem o governo, as empresas a “sociedade organizada” e uma série de outras classificações que dependem do domínio de conhecimento para o qual se olha.

Há temas que perduram há longo tempo no conteúdo destes estudos e que protagonizaram e protagonizam a organização dos vários grupos humanos do nosso planeta.

No mundo ocidental capitalista (no qual nos inserimos) estes temas estão de tal forma entrelaçados que nós, cidadãos comuns, os percebemos, na maioria das vezes, como uma única unidade representativa do poder. Estou falando de política e economia. Ou – utilizando uma das mais recentes classificações – o “Primeiro e Segundo Setores”. Em outras palavras, Governos e Empresas ou, ainda, Poder Político ou Poder Econômico.



2- AGORA, ESTAMOS FALANDO DA RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL: DAS PESSOAS FÍSICAS; DOS CIDADÃOS.

Se um de nós - pessoas físicas e tangíveis – transgredirmos alguma regra (leis, regulamentos, regras sociais, ou qualquer outra) estamos sujeitos a penalidades pessoais: perdemos os empregos, somos multados... Em último caso, podemos perder a própria liberdade!

Se nós pensarmos um pouquinho mais, vamos perceber que nós – as pessoas físicas – estamos sujeitos a muito mais regras do que aquelas escritas: aquela pessoa que numa festa abusa da bebida e se torna inconveniente; aquele cara que entra por trás, na maldade, e machuca o companheiro da “pelada”...

Existem muitas coisas que não são “ilegais” (não estão descritas em qualquer norma legal), que são penalizadas entre nós, as pessoas físicas. Ou seja, nós, os indivíduos, fiscalizamos nossos próprios costumes, independente de leis. Somos cidadãos! Podemos ser educados, sensibilizados e mobilizados. Afinal, somos nós que pensamos, sentimos e agimos.

Nós também sabemos que no tal jogo social, um único cidadão tem limitado poder de influência: a família, a “pelada”, a festa, os companheiros de sala...



2- AGORA, ESTAMOS FALANDO DA RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL: DAS PESSOAS FÍSICAS; DOS CIDADÃOS.

E o que fazer quando precisamos fiscalizar ambientes distantes do nosso meio individual? Quando precisamos falar ao governo e às empresas? Nós nem sabemos direito quem eles são, onde moram. Eles não são pessoas. Só estão sujeitos (quando muito) às leis e regulamentos que eles mesmos escrevem e fiscalizam.

A solução que nós - os cidadãos - encontramos para influirmos neste cenário coletivizado foi juntar nossas vozes para sermos ouvidos. Uma das primeiras e mais duradouras iniciativas coletivas de cidadãos está aqui! Aliás, “estamos aqui”!

Os Sindicatos foram criados por cidadãos para defender os empregos (e, por extensão, a sobrevivência) dos cidadãos neste “mundo moderno” de “vozes coletivas”.

Existem estudos sérios acerca da definição e papel da “Sociedade Civil Organizada” (Ferguson, Kant, London School of Economics, Almond, Verba, Putnam, etc.). Mas, apesar da importância dos estudos, o que almejamos é que nossas vozes sejam ouvidas, no momento em que precisemos.



2- AGORA, ESTAMOS FALANDO DA “SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA”.

Mais recentemente, surgiu a expressão “Terceiro Setor” que, de forma simplificada pode ser referido como o conjunto de entidades da sociedade civil com fins públicos e não-lucrativos, reunidos pela ênfase na participação voluntária em âmbito não-governamental.

Sob esta denominação, surgiram organizações defensoras de uma série de interesses comuns que, obviamente, não estão sendo tratados adequadamente pelas pelos governos e empresas. De forma geral, dedicam-se a questões sociais e ambientais

Quaisquer que sejam as diferentes finalidades, objetivos e meios destas organizações, elas nasceram da dificuldade do primeiro ou segundo setores em lidar com determinadas questões; dentre elas, obviamente, as questões sociais e ambientais.



2- AGORA, ESTAMOS FALANDO DO PRIMEIRO E SEGUNDO SETORES

O segundo Setor (as empresas), desde de sua organização moderna (século XX) e conceitual deixou claro seus objetivos e finalidades. Um dos seus principais formuladores – a quem se atribui posição de destaque no chamado liberalismo, proferiu esta declaração que prima pela franqueza:

“A responsabilidade social da empresa consiste em aumentar seus próprios lucros(...). A maior parte daquilo que se deblatera a propósito de responsabilidade da empresa não passa de tolices. Para começar, apenas indivíduos podem ter responsabilidades; uma organização não pode tê-las. Eis portanto a questão que devemos nos colocar: será que os administradores - desde que permaneçam dentro da lei - possuem outras responsabilidades no exercício de suas funções além daquela que é aumentar o capital dos acionistas? Minha resposta é não, eles não têm.” (FRIEDMAN, 1970)



2- AGORA, ESTAMOS FALANDO DO PRIMEIRO E SEGUNDO SETORES

Infelizmente, esta teoria não está superada. Existem outras, menos radicais e tão importantes quanto. Mas, suas aplicações se revezam, em função dos “momentos econômicos” das principais potências capitalistas e, como é de praxe, se alastram - em maior ou menor grau – pelas economias ocidentais.

Por definição, qualquer empresa TEM, como meta principal, perseguir o lucro; maximizar o lucro. Isso significa ganhar o maior valor possível e gastar o menor que puder. E, “o menor que puder”, engloba, principalmente, mão de obra e matéria prima.

A primeira condição (mão de obra) é a luta dos sindicatos e tem ligação direta com o social. A segunda (matéria prima) é ligada diretamente ao ambiente e, só recentemente começou a ser defendida, ainda sem grande sucesso. Temperando isso tudo está o CONSUMO, muitas vezes travestido de desenvolvimento.

O primeiro setor (governos) tem a difícil tarefa de conciliar desenvolvimento crescente com preocupações sociais e ambientais; o que, aparentemente, não está dando muito certo: vivemos numa gangorra de desenvolvimento e crises.



3- AGORA, ESTAMOS FALANDO RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Quando o mundo era menor, as crises (e as bonanças) eram isoladas. A globalização alastrou a situação. Agora, em maior ou menor grau, afetam todos. Aliás, as crises afetam todos e as bonanças continuam localizadas nos cofres do segundo setor.

O paradoxal é que empresas e governos são operadas e mantidas por cidadãos individuais, despersonalizados e travestidos de funcionários, empregados, consumidores e contribuintes.

O mais grave nesta história é que o conflito social (patrão X empregado) acompanha a humanidade há muito tempo, o que gera a sensação que pode sobreviver por muito mais tempo. Mas, a questão ambiental pode vir – rapidamente – se transformar em sobrevivência global. Afinal, existe um fator que está pouco se lixando para as lógicas humanas (nem sempre “lógicas”): o planeta.

Não dá para ignorar as evidentes transformações climáticas e a maior incidência de tragédias naturais em todo o mundo. Elas não respeitam classes sociais nem divisão de setores e, - o principal – não se pode negociar com a natureza.



3- AGORA, ESTAMOS FALANDO RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Neste contexto, o papel do setor empresarial deve ser o de buscar novos modelos de desenvolvimento e criatividade, transformando atitudes e valores, através de processos e métodos que têm como princípio a sustentabilidade social e ambiental.

Os processos tecnológicos deverão ser voltados para a busca do reaproveitamento de toda matéria prima ou resíduos utilizados e deverá haver a constante busca por projetos que promovam benefícios à sociedade.

A Responsabilidade Socioambiental está ligada a ações que respeitam o meio ambiente e a políticas que tenham como um dos principais objetivos a sustentabilidade. Todos são responsáveis pela preservação ambiental: governos, empresas e cada cidadão.



4- AGORA, ESTAMOS CONCLUINDO

Em última instância, nem as empresas, nem os governos podem assumir responsabilidades (e isso, a gente comprova todos os dias). Somente nós, cidadãos individuais, temos a capacidade ou o ônus de fazer.

Se isso tudo contiver um mínimo de verdade, vamos assumir por inteiro. Não vamos esperar por ninguém. Vamos fazer a nossa parte e a parte deles.

Vamos cuidar dos nossos direitos de cidadão (que, no final das contas, são os únicos que realmente fazem sentido). Para isso, precisamos nos informar, saber como a coisa funciona, para agir da melhor maneira.

Se os governos e empresas são feitos por “nós, pessoas reais” vamos, simplesmente, agir SEMPRE, com responsabilidade socioambiental. Governos e empresas não sofrem, não sentem fome nem frio nem sede. Só nós, pessoas reais temos a capacidade disso.

Vamos levar, pelo exemplo, esta postura AOS SERES REAIS que, atualmente, estão cumprindo papéis de governantes e capitães de empresas.

AFINAL, VIVEMOS TODOS NO MESMO PLANETA E VAMOS TODOS COMPARTILHAR O MESMO DESTINO!